

### 3. O VISCONDE DE INDAIATUBA E O TRABALHO LIVRE EM SÃO PAULO\*

Não são comuns, ao contrário, são até bem raros na bibliografia brasileira os escritos de fazendeiros. Mesmo quando ocupando cargos públicos ou exercendo profissões liberais, dotados, portanto, de excelente lastro cultural, nossos homens de fazenda quase nada escreviam sobre assuntos agrícolas, que tivesse significado permanente.

Uma das poucas exceções encontramô-la em Joaquim Bonifácio do Amaral, Visconde de Indaiatuba, “inteligente e progressista lavrador campineiro”, como as crônicas da época o definiam. Nascido em 1815, foi um dos pioneiros do trabalho livre na então província de São Paulo, iniciando em 1852 um importante sistema de colonização na sua Fazenda **Sete Quedas**, no município de Campinas, fazenda aberta por seu pai, outro “inteligente agricultor”, o Tenente José Rodrigues Ferraz do Amaral. Indaiatuba vinculou seu nome a outras importantes realizações na cidade de Campinas: o Colégio **Culto à Ciência**, a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, a Mogiana, o Clube da Lavoura, a nova catedral etc. Agraciado com o título de Barão de Indaiatuba em 1876, elevado a Visconde em 1879, faleceu em sua cidade em 1884.

Uma nota de **O Jornal**, do Rio de Janeiro, do dia 15 de outubro de 1927 ( número especial comemorativo do bicentenário da introdução do café no Brasil ), lembrava, em poucas linhas, que, para a consecução de seu ideal progressista na experiência campineira de trabalho livre, Indaiatuba “lutou com sérias dificuldades que uma legislação reacionária opunha à introdução de braços livres”, e, também, “contra o espírito retardatário de alguns colegas agricultores que o imaginavam um utopista e um sonhador”.<sup>1</sup>

Em 1870 foi pessoalmente à Europa angariar no Holstein os agricultores que viriam dar incremento à sua colônia. E depois de lembrar que o fazendeiro de Campinas estabelecera, também, na sua propriedade,

(\*) Comunicação apresentada ao VI Simpósio Nacional de Professores Universitários de História, Goiânia, 1971 e publicada nos respectivos anais, pp. 761 a 779, São Paulo, 1973. Desta publicação original constava o texto integral do **Memorandum do Visconde de Indaiatuba**, suprimido nesta reprodução.

(1) Toda a matéria publicada em o número especial de **O Jornal**, do Rio de Janeiro, dedicado ao bicentenário do café no Brasil, foi reunido em dois alentados volumes editados pelo antigo Departamento Nacional do Café, com o título **O café no segundo centenário de sua introdução no Brasil** ( Rio de Janeiro, 1934 ). Constituem esses dois volumes vasto repositório de fontes e informações preciosas para o estudo da história do café no Brasil. O artigo aqui referido, não assinado, correndo, portanto, por conta da redação do jornal, encontra-se no volume segundo.

os mais avançados maquinismos agrícolas para o preparo do café, rematava o grande órgão da imprensa carioca: “É inútil dizer que os produtos de suas terras primavam pela excelência no mercado e que a **Fazenda Sete Quedas** tornou-se o ponto de convergência obrigatório de todos os homens de eminência que visitavam a cidade de Campinas, então o grande centro da lavoura do café”.

Com efeito, ao ministro suíço von Tschudi, a Louis Couty e a van de Laerne, entre outros, devemos importantes depoimentos sobre a **Sete Quedas** e o empreendimento de Indaiatuba. Tschudi chega a considerá-la “colônia verdadeiramente modelar”, concluindo que se todas as propriedades do Oeste Paulista tivessem a sorte da fazenda do Visconde de Indaiatuba, bem outro seria o futuro da lavoura paulista: “A fazenda **Sete Quedas** possui uma colônia verdadeiramente modelar. Todas as famílias, provenientes do Holstein, já tinham satisfeito seus compromissos anos atrás e trabalhavam sob o regime de participação da safra. Todos estavam satisfeitos, o que explica terem renovados seus contratos de parceria. Suas casas eram agradáveis, tanto pelo aspecto que revelava conforto e limpeza, como pela situação. (...) **Sete Quedas** é a mais eficiente prova da grande vantagem que o sistema de parceria oferece aos colonos”<sup>2</sup>

Louis Couty visitou as **Sete Quedas** pela primeira vez em 1879, retornando para visitá-la mais atentamente em 1883: “Le vicomte d’Indaiatuba possède à Sete Quedas la colonie italienne de Saltinho fort bien tenue. Nous l’avons visitée à ses débuts en 1879, nous l’avons revue avec plus de soin en 1883. Les colons étaient les mêmes; nous avons, les deux fois, parcouru leurs maisons, causé avec eux, vérifiant auprès d’eux les informations du propriétaire, qui traite ces immigrants contractés avec tous les soins désirables sans réussir à les retenir, à cause des défauts du système”.<sup>3</sup>

Observe-se que tais depoimentos provinham dum momento em que o sistema de parceria, introduzido pelo Senador Vergueiro na sua Fazenda **Ibicaba** (em Limeira) e seguido de perto pelo seu colega de Campinas, começava a apresentar os vícios derivados daquelas contradições que a Professora Emília Viotti da Costa tão bem estudou em seu livro **Da senzala à colônia**. É ainda esta mesma autora, sempre severa em julgar o relacionamento fazendeiro/colono no Oeste paulista que, em vários passos de seu livro, abre sempre exceção a Indaiatuba, “que continuará a experiência do trabalho livre durante muitos e muitos anos, tornando-se um dos seus maiores defensores”.<sup>4</sup> E mais recentemente, outra

(2) J. J. von Tschudi, **Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo**, 168. Trad. de Eduardo de Lima Castro. São Paulo, Martins, 1953 (Biblioteca Histórica Paulista, v. 5).

(3) Louis Couty, **Le Brésil en 1884**, 187/188. Rio de Janeiro, Faro & Lino, 1884.

(4) Emília Viotti da Costa, **Da senzala à colônia**, 85. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966.

pesquisadora que também e tão bem estudou o assunto, a Professora Paula Beiguelman, verá em Indaiatuba um dos “casos excepcionais” dentro de um sistema que se “revelava frustrativo para ambas as partes”.<sup>5</sup>

Ao Visconde de Indaiatuba devemos importante depoimento sobre sua experiência de trabalho livre em Campinas. O texto integral do seu **Memorandum** pode ser encontrado no volume **Monografia histórica do município de Campinas**, publicação coletiva editado em 1952 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A feliz idéia de incluir o valioso texto do Visconde de Indaiatuba na referida publicação, partiu do historiador campineiro e um dos colaboradores da **Monografia**, Teodoro de Souza Campos Júnior, que, em 1939, dele obteve uma cópia autêntica por intermédio do dr. Druso Pompeu do Amaral, neto do Visconde de Indaiatuba.

Afonso de E. Taunay, que, em sua importante obra **História do café no Brasil**, procurou utilizar todas as fontes ( embora nem sempre indicando-as ) para a fundamentação de seu trabalho, dedica algumas páginas ao **Memorandum** do Visconde de Indaiatuba, transcrevendo, para maior ênfase, os tópicos que lhe pareceram mais expressivos.<sup>6</sup>

Tendo em vista que **Monografia** sobre Campinas editada pelo IBGE, pela sua tiragem limitada, teve pouca divulgação, e que a própria obra de Taunay não é atualmente de acesso fácil, pareceu-nos oportuno chamar a atenção dos estudiosos interessados na história do trabalho livre em nosso país, para o importante documento do fazendeiro de Campinas, um dos raros escritos de agricultores da nossa bibliografia, conforme foi salientado. Escrito depois de 1880, portanto já quase ao fim de sua existência, o memorial de Indaiatuba refere-se, pois, a uma experiência de quase trinta anos, uma vez que a colonização com braços livres foi iniciada na sua fazenda em 1852. O assunto parecia-lhe “o mais momentoso da atualidade, porque envolve as mais complicadas questões relativas à religião, intende com as boas finanças do Estado, porque estas prendem-se à prosperidade agrícola e, portanto, interessa muito de perto ao futuro do Brasil”.

Seu depoimento, tão singelamente sincero, tem notável valor testemunhal como documento dos primeiros anos da colonização, com base no café, de grande porção do Oeste paulista.

Apesar de todas as dificuldades que descreve em seu **Memorandum**, Indaiatuba mostrou-se sempre confiante no trabalho livre, ao contrário de muitos outros fazendeiros que preferiram retornar ao

(5) Paula Beiguelman, **A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos**, 84. São Paulo, Pioneira, 1968.

(6) Afonso de E. Taunay, **História do café no Brasil**, vol. 8, pp. 99/105. Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1939.

trabalho escravo, quando surgiram os primeiros problemas sérios com relação à colonização européia. Problemas que derivam, já o dissemos, das inúmeras contradições do sistema, sendo uma delas a necessidade de coexistência do trabalho livre e do trabalho escravo, num clima psicológico e social pouco favorável ao pleno desenvolvimento das colônias, especialmente por não serem propiciadas aos colonos as oportunidades que lhes permitissem, como esperavam, tornarem-se pequenos proprietários. Enfim, mudar o regime de trabalho sem mudar a estrutura sócio-econômica em que ele se apoiava, parecia também uma contradição.

As dificuldades foram de várias ordens: 1) com outros fazendeiros, excessivamente conservadores, e, principalmente, 2) com as autoridades consulares estrangeiras. Estas, quase puseram a perder seu trabalho noutra fazenda de sua propriedade, no município de Amparo, não longe de Campinas. As interferências dos cônsules alemães de Campinas, ou de autoridades italianas ( pois na colônia de Amparo o maior número era de tirolezes e lombardos ) levaram-no em mais de uma ocasião a solicitar sindicâncias para as suas fazendas, as quais demonstraram sempre a improcedência das acusações que lhe eram assacadas. Por fim, acabou desanimando, e seu **Memorandum** conclui com um patético e desesperado apelo às autoridades do Império. Na realidade, o que Indaiatuba preconizava eram duas medidas, a seu ver, indeclináveis: 1) exigir o governo brasileiro, dos ministros estrangeiros residentes no Brasil, a cessação completa de toda intervenção indébita dos cônsules e seus agentes, no tocante à economia das colônias; e 2) verba suficiente com a qual se pudesse fazer face a todas as despesas necessárias para promover e desenvolver verdadeira corrente de imigração. Delas adviriam duas conseqüências: o lavrador ficaria livre da ingerência estrangeira e, na abundância de braços livres, se animaria a ensaiar uma reforma no sistema de trabalho, sem a qual pouco poderia progredir a lavoura paulista.

Note-se, contudo, que a tenacidade de Indaiatuba levou-o a prosseguir com a experiência de **Sete Quedas** até o fim da vida. Num certo momento, parece ter-se arrependido do sistema de parceria, que tanto o entusiasmou no início, mas que estava gerando descontentamentos em numerosas colônias do Oeste de São Paulo, embora não na sua. Certos pormenores que tornavam difícil o relacionamento fazendeiro/colono nas demais fazendas, o lavrador de Campinas sabia superar e, com isso, tornar a vida e o trabalho dos colonos bem mais tranquilos que em outras fazendas. Pelo menos, é o que se deduz dos testemunhos de algumas pessoas de destaque, do Brasil ou de fora, que tiveram ocasião de visitar sua fazenda.